



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0007297-34.2008.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Embargos À Execução Fiscal - Assunto Principal do Processo**
 << Nenhuma informação disponível >>
 Embargante: **Masaka Anami Suquisaqui**
 Embargado: **Fazenda Pública Municipal de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Embargos à Execução opostos por **MASAKA ANAMI SUQUISAQUI** contra a **Fazenda Pública Municipal de São Carlos**, aduzindo, em suma, a ocorrência de prescrição dos créditos tributários, bem como a impossibilidade de ser responsabilizada pelo recolhimento do tributo, pois deixou o quadro societário em 1991 e adjudicou o bem em questão em 1999, tendo sido imitada na posse somente em 2001, sendo que os débitos de IPTU dizem respeito aos exercícios de 1996, 1997, 1998 e 1999.

Citada, a embargada apresentou impugnação (fls. 48/67), defendendo a não ocorrência da prescrição e a validade da cobrança. Requer a improcedência do pedido.

Réplica às fls. 133.

É o relatório.

Fundamento e decido.

É o caso de se reconhecer a prescrição.

A citação da executada foi determinada em 27.01.2006 (fls. 68), posterior à vigência da Lei Complementar nº 118 de 09.02.2005. Portanto, o despacho que determinou a citação é suficiente para a interrupção da prescrição relativa aos exercícios fiscais compreendidos no lustro anterior.

De acordo com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial representativo de controvérsia, processado e julgado sob o rito do artigo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

543-C do Código de Processo Civil, por ser norma processual, a Lei Complementar nº 118/05 é aplicável aos processos em curso. No entanto, somente quando o despacho de citação é exarado após sua entrada em vigor há interrupção do prazo prescricional (REsp 999.901/RS, Rel.Min Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 10.06.2001), situação dos autos.

O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação no sentido de que a constituição definitiva do crédito tributário no caso do IPTU, se dá com a notificação ao contribuinte por meio da entrega do carnê no seu endereço. A propósito, registre-se que o tema em debate foi objeto de apreciação pela Primeira Seção, ao julgar o REsp 1.111.124/PR, mediante a sistemática prevista no artigo 543-C do Código de Processo Civil (recursos repetitivos).

A respeito há, ainda, a súmula 397 do mesmo Tribunal Superior “o contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço”.

As notificações são expedidas, rotineiramente, nos primeiros dias do mês de janeiro (via de regra), com previsão expressa para o pagamento à vista ou em dez parcelas.

No caso dos autos, o IPTU cobrado diz respeito aos exercícios de 1996, 1997, 1998 e 2000, não havendo comprovação de que a embargada tenha providenciado a notificação de forma diversa, nem que a embargante tenha impugnado o débito na via administrativa, o que autoriza a contagem da prescrição a partir de janeiro de cada exercício.

Portanto, dos exercícios em cobrança, até o deferimento da citação da embargante (27 de janeiro de 2006) decorreram mais de cinco anos, sendo os créditos atingidos pela prescrição.

Não se pode considerar que a determinação da citação da empresa interrompeu a prescrição para a embargante, pois, naquele momento ela não fazia parte do polo passivo e a sua inclusão no feito não se deu pelo fato de ser sócia da empresa, pois já não o era no período em cobrança, mas sim por ter adjudicado o bem, como pagamento de seu crédito, quando deixou o quadro societário.

Por outro lado, quanto à alegação de que a inscrição em dívida ativa é capaz de suspender prescrição do débito tributário, nos termos do art. 2º, §3º, da Lei 6.830/80, tem-se que a presente Execução Fiscal se refere a tributo, matéria inteiramente regulada pelo Código Tributário Nacional, sendo inadmissível o regramento do prazo prescricional ou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

decadencial por lei ordinária, nos termos do art. 146, III, b, da Constituição Federal.

Adotando esse entendimento o Supremo Tribunal Federal editou, inclusive, a Súmula Vinculante nº 8 que possui o seguinte verbete: “são inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário”.

De fato, a inscrição do crédito tributário em dívida ativa não tem qualquer implicação no curso do prazo prescricional.

Segundo escólio de Leandro Paulsen “A inscrição em dívida ativa constitui-se em mero ato interno da Administração. Não há previsão legal de notificação do contribuinte quanto à inscrição, tampouco qualquer implicação no curso do prazo prescricional. A cobrança amigável feita nesta fase, por Aviso de Cobrança, também não tem efeitos sobre a prescrição”.

Nesse sentido, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:
 “PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO- PRESCRIÇÃO - COBRANÇA DE IPTU. 1. A obrigação tributária nasce com o fato gerador, mas o crédito respectivo só se aperfeiçoa com o lançamento, fazendo nascer, a partir daí, um crédito que pode ser cobrado no curso dos próximos cinco anos. 2. A inscrição do crédito na dívida ativa é mera providência burocrática, sem força para marcar algum termo prescricional. 3 Somente a citação é capaz de interromper o prazo prescricional, não podendo ser considerado para tanto o disposto no CPC. 4 Recurso especial provido.

O mesmo entendimento é corroborado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO. ART. 2º, § 3º, DA LEI 6.830/80. PRAZO DE 180 DIAS. NÃO-APLICAÇÃO. SUPREMACIA DO ART. 174 DO CTN. 1. O art. 2º, § 3º, da Lei 6.830/80, nos termos em que foi admitido em nosso ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação deve sofrer os limites impostos pelo art. 174 do CTN. Precedentes. 2. Prescrição reconhecida. 3. Recurso especial a que se nega provimento.”

Ante o exposto, reconheço a prescrição do débito exequendo e declaro extinto o processo de execução, com fundamento no artigo 487, inciso II, do Código de Processo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Civil, pois a embargante é a única que ainda figura no polo passivo.

Condeno a embargada a arcar com os honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, corrigido, sendo isenta de custas, na forma da lei.

Após trânsito e julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.
Certifique-se nos autos principais.

P I

São Carlos, 29 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**